



OP-060AB-21
CÓD: 7908403503490

PENTECOSTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
ESTADO DO CEARÁ

Orientador Social

EDITAL Nº 001/2021, DE 07 DE ABRIL DE 2021.

Língua Portuguesa

1. Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílabas e Tonicidade. Divisão Silábica	01
2. Morfologia. Componentes de um Vocábulo	02
3. Formação das Palavras	08
4. Significação das Palavras	09
5. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição	10
6. Sintaxe	10
7. Concordância Nominal e Concordância Verbal	11
8. Acentuação Gráfica	13
9. Interpretação de Texto	14
10. Ortografia	14

Conhecimentos Específicos Orientador Social

1. SCFV – Concepção dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;	01
2. O SUAS: Proteção Social Básica e Especial;	10
3. Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais	12
4. Estatuto da Criança e do Adolescente.	34
5. Estatuto do Idoso	70
6. Sistema Único de Assistência Social;	79
7. CRAS: Centro de Referência de Assistência Social; Território de Abrangência;	90
8. Vulnerabilidade Social;	107
9. Matricialidade Sócio familiar e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitário	169

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílabas e Tonicidade. Divisão Silábica	01
2. Morfologia. Componentes de um Vocábulo	02
3. Formação das Palavras	08
4. Significação das Palavras	09
5. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição	10
6. Sintaxe	10
7. Concordância Nominal e Concordância Verbal	11
8. Acentuação Gráfica	13
9. Interpretação de Texto	14
10. Ortografia	14

FONÉTICA. ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS. SÍLABA E TONICIDADE. DIVISÃO SILÁBICA

Muitas pessoas acham que fonética e fonologia são sinônimos. Mas, embora as duas pertençam a uma mesma área de estudo, elas são diferentes.

Fonética

Segundo o dicionário Houaiss, *fonética* “é o estudo dos sons da fala de uma língua”. O que isso significa? A fonética é um ramo da Linguística que se dedica a analisar os sons de modo físico-articulador. Ou seja, ela se preocupa com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros movimentos físicos, mas não tem interesse em saber do conteúdo daquilo que é falado. A fonética utiliza o Alfabeto Fonético Internacional para representar cada som.

Sintetizando: a fonética estuda o movimento físico (da boca, lábios...) que cada som faz, desconsiderando o significado desses sons.

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Sintetizando: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:



(Gibizinho da Mônica, nº73, p.73)

O humor da tirinha é construído por meio do emprego das palavras acento e assento. Sabemos que são palavras diferentes, com significados diferentes, mas a pronúncia é a mesma. Lembra que a fonética se preocupa com o som e representa ele por meio de um Alfabeto específico? Para a fonética, então, essas duas palavras seriam transcritas da seguinte forma:

Acento	asêtu
Assento	asêtu

Percebeu? A transcrição é idêntica, já que os sons também são. Já a fonologia analisa cada som com seu significado, portanto, é ela que faz a diferença de uma palavra para a outra.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos de entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra pato a primeira sílaba é pa-. Porém, o primeiro som é pê (P) e o segundo som é a (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráfica de uma palavra.

Sintetizando: na palavra pato, pa- é a primeira sílaba; pê é o primeiro som; e P é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que emitido em um só impulso de voz e que tem como base uma vogal. A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

- Monossílabas: as que têm uma só sílaba (pé, pá, mão, boi, luz, é...)
- Dissílabas: as que têm duas sílabas (café, leite, noites, caí, bota, água...)
- Trissílabas: as que têm três sílabas (caneta, cabeça, saúde, circuito, boneca...)
- Polissílabas: as que têm quatro ou mais sílabas (casamento, jesuíta, irresponsabilidade, paralelepípedo...)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

- **Oxítonas:** quando a sílaba tônica é a última (ca-**fé**, ma-ra-cu-**já**, ra-**paz**, u-ru-**bu**...)
- **Paroxítonas:** quando a sílaba tônica é a penúltima (**me**-sa, sa-bo-**ne**-te, **ré**-gua...)
- **Proparoxítonas:** quando a sílaba tônica é a antepenúltima (**sá**-ba-do, **tô**-ni-ca, his-**tó**-ri-co...)

Lembre-se que:

Tônica: a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

Átona: a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra *telefone*: te-, le-, ne- são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que fo- é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

- **Ditongo:** encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (cau-le, gai-o-la, ba-lei-a...)
- **Tritongo:** encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (Pa-ra-guai, quais-quer, a-ve-ri-guou...)
- **Dígrafo:** quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos ch, lh, nh, gu e qu (fa-cha-da, co-lhei-ta, fro-nha, pe-guei...)
- **Encontros consonantais inseparáveis:** re-cla-mar, psi-có-lo-go, pa-trão...)

Deve-se separar:

- **Hiatos:** vogais que se encontram, mas estão em sílabas vizinhas (sa-ú-de, Sa-a-ra, ví-a-mos...)
- Os **dígrafos** rr, ss, sc, e xc (car-ro, pás-sa-ro, pis-ci-na, ex-ce-ção...)
- **Encontros consonantais separáveis:** in-fec-ção, mag-nó-lia, rit-mo...)

MORFOLOGIA. COMPONENTES DE UM VOCÁBULO

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.

CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	Ah! Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i>
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de seis.
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? <i>Ela me</i> ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no <i>rio</i> . A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se <i>exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

Substantivo

Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

- **Comum:** usado para nomear seres e objetos generalizados. *Ex: mulher; gato; cidade...*
- **Próprio:** geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. *Ex: Maria; Garfield; Belo Horizonte...*
- **Coletivo:** é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. *Ex: matilha; enxame; cardume...*
- **Concreto:** nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.). *Ex: menina; cachorro; praça...*
- **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc. *Ex: saudade; sede; imaginação...*
- **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras. *Ex: livro; água; noite...*
- **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s). *Ex: pedreiro; livraria; noturno...*
- **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical). *Ex: casa; pessoa; cheiro...*
- **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical). *Ex: passatempo; guarda-roupa; girassol...*

Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo **-o** ou **-a**, respectivamente (*Ex: menino / menina*). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (*Ex: avô / avó*), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (*Ex: irmão / irmã; cantor / cantora*).

O **substantivo uniforme** é aquele que possui apenas uma forma, independente do gênero, podendo ser diferenciados quanto ao gênero a partir da flexão de gênero no artigo ou adjetivo que o acompanha (*Ex: a cadeira / o poste*). Pode ser classificado em **epiceno** (refere-se aos animais), **sobrecomum** (refere-se a pessoas) e **comum de dois gêneros** (identificado por meio do artigo).

É preciso ficar atento à **mudança semântica** que ocorre com alguns substantivos quando usados no masculino ou no feminino, trazendo alguma especificidade em relação a ele. No exemplo *o fruto* X *a fruta* temos significados diferentes: o primeiro diz respeito ao órgão que protege a semente dos alimentos, enquanto o segundo é o termo popular para um tipo específico de fruto.

Flexão de número

No português, é possível que o substantivo esteja no **singular**, usado para designar apenas uma única coisa, pessoa, lugar (*Ex: bola; escada; casa*) ou no **plural**, usado para designar maiores quantidades (*Ex: bolas; escadas; casas*) — sendo este último representado, geralmente, com o acréscimo da letra **S** ao final da palavra.

Há, também, casos em que o substantivo não se altera, de modo que o plural ou singular devem estar marcados a partir do contexto, pelo uso do artigo adequado (*Ex: o lápis / os lápis*).

Variação de grau

Usada para marcar diferença na grandeza de um determinado substantivo, a variação de grau pode ser classificada em **augmentativo** e **diminutivo**.

Quando acompanhados de um substantivo que indica grandeza ou pequenez, é considerado **analítico** (*Ex: menino grande / menino pequeno*).

Quando acrescentados sufixos indicadores de aumento ou diminuição, é considerado **sintético** (*Ex: meninoão / menininho*).

Novo Acordo Ortográfico

De acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as **letras maiúsculas** devem ser usadas em nomes próprios de pessoas, lugares (cidades, estados, países, rios), animais, acidentes geográficos, instituições, entidades, nomes astronômicos, de festas e festividades, em títulos de periódicos e em siglas, símbolos ou abreviaturas.

Já as **letras minúsculas** podem ser usadas em dias de semana, meses, estações do ano e em pontos cardeais.

Existem, ainda, casos em que o **uso de maiúscula ou minúscula é facultativo**, como em título de livros, nomes de áreas do saber, disciplinas e matérias, palavras ligadas a alguma religião e em palavras de categorização.

Adjetivo

Os adjetivos podem ser simples (*vermelho*) ou compostos (*mal-educado*); primitivos (*alegre*) ou derivados (*tristonho*). Eles podem flexionar entre o feminino (*estudiosa*) e o masculino (*engraçado*), e o singular (*bonito*) e o plural (*bonitos*).

Há, também, os adjetivos pátrios ou gentílicos, sendo aqueles que indicam o local de origem de uma pessoa, ou seja, sua nacionalidade (*brasileiro; mineiro*).

É possível, ainda, que existam locuções adjetivas, isto é, conjunto de duas ou mais palavras usadas para caracterizar o substantivo. São formadas, em sua maioria, pela preposição *DE* + substantivo:

- *de criança* = infantil
- *de mãe* = maternal
- *de cabelo* = capilar

Variação de grau

Os adjetivos podem se encontrar em grau normal (sem ênfases), ou com intensidade, classificando-se entre comparativo e superlativo.

- Normal: A Bruna é inteligente.
- Comparativo de superioridade: A Bruna é *mais* inteligente *que* o Lucas.
- Comparativo de inferioridade: O Gustavo é *menos* inteligente *que* a Bruna.
- Comparativo de igualdade: A Bruna é *tão* inteligente *quanto* a Maria.
- Superlativo relativo de superioridade: A Bruna é *a mais* inteligente da turma.
- Superlativo relativo de inferioridade: O Gustavo é *o menos* inteligente da turma.
- Superlativo absoluto analítico: A Bruna é *muito* inteligente.
- Superlativo absoluto sintético: A Bruna é *intelligentíssima*.

Adjetivos de relação

São chamados adjetivos de relação aqueles que não podem sofrer variação de grau, uma vez que possui valor semântico objetivo, isto é, não depende de uma impressão pessoal (subjativa). Além disso, eles aparecem após o substantivo, sendo formados por sufixação de um substantivo (*Ex: vinho do Chile = vinho chileno*).

Advérbio

Os advérbios são palavras que modificam um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio. Eles se classificam de acordo com a tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	ADVÉRBIOS	LOCUÇÕES ADVERBIAIS
DE MODO	<i>bem; mal; assim; melhor; depressa</i>	<i>ao contrário; em detalhes</i>
DE TEMPO	<i>ontem; sempre; afinal; já; agora; doravante; primeiramente</i>	<i>logo mais; em breve; mais tarde, nunca mais, de noite</i>
DE LUGAR	<i>aqui; acima; embaixo; longe; fora; embaixo; ali</i>	<i>Ao redor de; em frente a; à esquerda; por perto</i>
DE INTENSIDADE	<i>muito; tão; demasiado; imenso; tanto; nada</i>	<i>em excesso; de todos; muito menos</i>
DE AFIRMAÇÃO	<i>sim, indubitavelmente; certo; decerto; deveras</i>	<i>com certeza; de fato; sem dúvidas</i>
DE NEGAÇÃO	<i>não; nunca; jamais; tampouco; nem</i>	<i>nunca mais; de modo algum; de jeito nenhum</i>
DE DÚVIDA	<i>Possivelmente; acaso; será; talvez; quiçá</i>	<i>Quem sabe</i>

Advérbios interrogativos

São os advérbios ou locuções adverbiais utilizadas para introduzir perguntas, podendo expressar circunstâncias de:

- Lugar: *onde, aonde, de onde*
- Tempo: *quando*
- Modo: *como*
- Causa: *por que, por quê*

Grau do advérbio

Os advérbios podem ser comparativos ou superlativos.

- Comparativo de igualdade: *tão/tanto* + advérbio + *quanto*
- Comparativo de superioridade: *mais* + advérbio + (*do*) *que*
- Comparativo de inferioridade: *menos* + advérbio + (*do*) *que*

- Superlativo analítico: *muito cedo*
- Superlativo sintético: *cedíssimo*

Curiosidades

Na **linguagem coloquial**, algumas variações do superlativo são aceitas, como o diminutivo (*cedinho*), o aumentativo (*cedão*) e o uso de alguns prefixos (*supercedo*).

Existem advérbios que exprimem ideia de **exclusão** (*somente; salvo; exclusivamente; apenas*), **inclusão** (*também; ainda; mesmo*) e **ordem** (*ultimamente; depois; primeiramente*).

Alguns advérbios, além de algumas preposições, aparecem sendo usados como uma **palavra denotativa**, acrescentando um sentido próprio ao enunciado, podendo ser elas de **inclusão** (*até, mesmo, inclusive*); de **exclusão** (*apenas, senão, salvo*); de **designação** (*eis*); de **realce** (*cá, lá, só, é que*); de **retificação** (*aliás, ou melhor, isto é*) e de **situação** (*afinal, agora, então, e aí*).

Pronomes

Os pronomes são palavras que fazem referência aos nomes, isto é, aos substantivos. Assim, dependendo de sua função no enunciado, ele pode ser classificado da seguinte maneira:

- Pronomes pessoais: indicam as 3 pessoas do discurso, e podem ser retos (*eu, tu, ele...*) ou oblíquos (*mim, me, te, nos, si...*).
- Pronomes possessivos: indicam posse (*meu, minha, sua, teu, nossos...*)
- Pronomes demonstrativos: indicam localização de seres no tempo ou no espaço. (*este, isso, essa, aquela, aquilo...*)
- Pronomes interrogativos: auxiliam na formação de questionamentos (*qual, quem, onde, quando, que, quantas...*)
- Pronomes relativos: retomam o substantivo, substituindo-o na oração seguinte (*que, quem, onde, cujo, o qual...*)
- Pronomes indefinidos: substituem o substantivo de maneira imprecisa (*alguma, nenhum, certa, vários, qualquer...*)
- Pronomes de tratamento: empregados, geralmente, em situações formais (*senhor, Vossa Majestade, Vossa Excelência, você...*)

Colocação pronominal

Diz respeito ao conjunto de regras que indicam a posição do pronome oblíquo átono (*me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, a, os, as, lo, la, no, na...*) em relação ao verbo, podendo haver próclise (antes do verbo), ênclise (depois do verbo) ou mesóclise (no meio do verbo).

Veja, então, quais as principais situações para cada um deles:

• **Próclise**: expressões negativas; conjunções subordinativas; advérbios sem vírgula; pronomes indefinidos, relativos ou demonstrativos; frases exclamativas ou que exprimem desejo; verbos no gerúndio antecidos por “em”.

Nada me faria mais feliz.

• **Ênclise**: verbo no imperativo afirmativo; verbo no início da frase (não estando no futuro e nem no pretérito); verbo no gerúndio não acompanhado por “em”; verbo no infinitivo pessoal.

Inscreveu-se no concurso para tentar realizar um sonho.

• **Mesóclise**: verbo no futuro iniciando uma oração.

Orgulhar-me-ei de meus alunos.

DICA: o pronome não deve aparecer no início de frases ou orações, nem após ponto-e-vírgula.

Verbos

Os verbos podem ser flexionados em três tempos: pretérito (passado), presente e futuro, de maneira que o pretérito e o futuro possuem subdivisões.

Eles também se dividem em três flexões de modo: indicativo (certeza sobre o que é passado), subjuntivo (incerteza sobre o que é passado) e imperativo (expressar ordem, pedido, comando).

• Tempos simples do modo indicativo: presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito.

• Tempos simples do modo subjuntivo: presente, pretérito imperfeito, futuro.

Os tempos verbais compostos são formados por um verbo auxiliar e um verbo principal, de modo que o verbo auxiliar sofre flexão em tempo e pessoa, e o verbo principal permanece no particípio. Os verbos auxiliares mais utilizados são “*ter*” e “*haver*”.

• Tempos compostos do modo indicativo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito.

• Tempos compostos do modo subjuntivo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro.

As formas nominais do verbo são o infinitivo (*dar, fazerem, aprender*), o particípio (*dado, feito, aprendido*) e o gerúndio (*dando, fazendo, aprendendo*). Eles podem ter função de verbo ou função de nome, atuando como substantivo (infinitivo), adjetivo (particípio) ou advérbio (gerúndio).

Tipos de verbos

Os verbos se classificam de acordo com a sua flexão verbal. Desse modo, os verbos se dividem em:

Regulares: possuem regras fixas para a flexão (*cantar, amar, vender, abrir...*)

• Irregulares: possuem alterações nos radicais e nas terminações quando conjugados (*medir, fazer, poder, haver...*)

• Anômalos: possuem diferentes radicais quando conjugados (*ser, ir...*)

• Defectivos: não são conjugados em todas as pessoas verbais (*falir, banir, colorir, adequar...*)

• Impessoais: não apresentam sujeitos, sendo conjugados sempre na 3ª pessoa do singular (*chover, nevar, escurecer, anoitecer...*)

• Unipessoais: apesar de apresentarem sujeitos, são sempre conjugados na 3ª pessoa do singular ou do plural (*latir, miar, custar, acotecer...*)

• Abundantes: possuem duas formas no particípio, uma regular e outra irregular (*aceitar = aceito, aceitado*)

• Pronominais: verbos conjugados com pronomes oblíquos átonos, indicando ação reflexiva (*suicidar-se, queixar-se, sentar-se, pentear-se...*)

• Auxiliares: usados em tempos compostos ou em locuções verbais (*ser, estar, ter, haver, ir...*)

• Principais: transmitem totalidade da ação verbal por si próprios (*comer, dançar, nascer, morrer, sorrir...*)

• De ligação: indicam um estado, ligando uma característica ao sujeito (*ser, estar, parecer, ficar, continuar...*)

Vozes verbais

As vozes verbais indicam se o sujeito pratica ou recebe a ação, podendo ser três tipos diferentes:

• Voz ativa: sujeito é o agente da ação (*Vi o pássaro*)

• Voz passiva: sujeito sofre a ação (*O pássaro foi visto*)

• Voz reflexiva: sujeito pratica e sofre a ação (*Vi-me no reflexo do lago*)

Ao passar um discurso para a voz passiva, é comum utilizar a partícula apassivadora “*se*”, fazendo com o que o pronome seja equivalente ao verbo “*ser*”.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ORIENTADOR SOCIAL

1. SCFV – Concepção dos serviços de convivência e Fortalecimento de vínculos;	01
2. O SUAS: Proteção Social Básica e Especial;	10
3. Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais	12
4. Estatuto da Criança e do Adolescente.	34
5. Estatuto do Idoso	70
6. Sistema Único de Assistência Social;	79
7. CRAS: Centro de Referência de Assistência Social; Território de Abrangência;	90
8. Vulnerabilidade Social;	107
9. Matricialidade Sócio familiar e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitário	169

**SCFV – CONCEPÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA
E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

A configuração do tema deste texto parte da premissa de que a orientação das políticas públicas pauta-se no conhecimento acadêmico-científico e, dado o enfoque programático aqui posto, interessa também reconhecer as experiências concretas dos municípios nos quais o SUAS vem se consolidando nos últimos anos. Essas experiências, especialmente de implementação de serviços socioassistenciais, têm procurado efetivar a direção do SUAS, construindo respostas de coletivos de profissionais, e também de gestores, para lidar com os desafios que se põem em realidades tão diversas como há no Brasil. Por isso, combina-se aqui um conjunto de elementos, tanto de formulações teóricas quanto de estudos empíricos.

Como ponto de partida propõe-se o entendimento de convivência e vínculos como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam. Essa é uma questão que mereceu estudos em várias áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, serviço social, filosofia e psicologia⁵.

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E PODER: EXPERIMENTAR A IGUALDADE

Tomando a produção de Vigostsky como uma referência, pode-se afirmar que entender o mundo e atuar sobre ele é possível somente por meio de relações sociais. Ou seja, o sujeito se constitui na relação com o outro e passa a dispor, por meio dessa relação, das conexões estabelecidas por outras pessoas, tendo-as também como referência e contribuição para o coletivo. Assim, são relevantes as formas de intervenção que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. No mesmo sentido, é importante destacar a relevância do contexto histórico nessa construção, pois as condições objetivas da vida interferem diretamente na forma como as pessoas se constituirão como sujeitos sociais, ou seja, nas escolhas que farão ao produzir e reproduzir a vida social.

Nessa perspectiva, o educador Paulo Freire agregou o entendimento de que é no processo coletivo, em mutualidade, que se aprendem diferentes saberes igualmente importantes.

Fazendo uma transposição do campo educativo para o trabalho social, a contribuição de Paulo Freire permite sustentar a possibilidade de reconhecer o mesmo valor para os conhecimentos acadêmicos e para a experiência vivida, quando ambos são colocados diante da finalidade do aprendizado e da proteção do cidadão. Desse modo, é preciso reconhecer que, nas relações educativas e de proteção social, usuários e profissionais são sujeitos de conhecimentos e de direitos.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. [...] A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 2002, p. 41).

“Assumir-se” tem a força de mobilizar atributos para a construção coletiva de identidades próprias e singularidades. Pressupõe o reconhecimento da capacidade e do direito do outro de fazer escolhas. Ser capaz de fazer escolhas pessoais, políticas, afetivas requer um campo relacional protegido, que confirme as pessoas no leme de sua própria vida, pessoas que pensam, desejam e projetam horizontes para si e para aqueles que estão próximos.

Em síntese, pode-se dizer que este é um traço eminentemente político da convivência: poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro mudanças para si e para a coletividade.

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E AFETO: EXPERIMENTAR A SENSIBILIDADE E A CRIATIVIDADE

Até aqui se delineou uma convivência entre sujeitos de direitos que se constituem à medida que se relacionam, capazes de escolha e de autonomia e de aprenderem entre si. Nesse percurso de entendimento, outros elementos a serem destacados são: estes sujeitos se constituem na diferença e são capazes de afetarem-se mutuamente.

A capacidade de afetar e ser afetado pode ser dita, analogamente, como poder deixar marcas no outro e ter marcas do outro em si. Trata-se de uma formulação da filosofia de Espinosa, apropriada pela psicologia social na produção da pesquisadora Bader Sawaia (2003, 2004, 2009). Afetar e ser afetado são efeitos inerentes aos encontros entre as pessoas. Esses encontros podem favorecer a expansão da vida, o sentimento de valorização, estimular a ação para mudanças; ou podem gerar subordinação, desqualificação, redução de vida, desumanização. Assim, sentimento e capacidade para agir são, nessa matriz de pensamento, inseparáveis. Poder-se-ia dizer que sentimentos de valorização e de potência estão para fortalecimento de vínculos, assim como os sentimentos de subordinação e impotência estão para o isolamento social e fragilização de vínculos.

Nos encontros que expandem e fortalecem as pessoas, estabelecem-se “paixões alegres”, que ampliam a potência de agir, fortalecendo a vontade de estar com os outros, de compartilhar e de se afirmar como pessoa. Mas, se os encontros desvalorizam e reduzem a vitalidade nas pessoas, estabelecem-se “paixões tristes”, que imobilizam, deprimem ou geram revoltas. Assim, as emoções não estão dadas, não são passivas, não estão pré-definidas pela característica pessoal, elas são produzidas nos encontros e são força motriz das ações.

Esses estudos reposicionam a questão das emoções tanto nos estudos acadêmicos quanto na orientação programática de políticas sociais, visto que estabelece outros nexos entre ação e razão, bem como buscam superar os modismos nos quais a emoção é entendida como uma força interior que a partir do auto-esforço, da autoajuda o indivíduo modifica ou supera. Há uma supervalorização do prefixo “auto”, que no limite torna-se uma ação disciplinadora e que responsabiliza o indivíduo e o convoca a ser feliz, bem humorado e conformado (SAWAIA, 2003).

Essa compreensão convoca um ponto de vista que reconhece que as emoções são desencadeadas a partir da forma de tratamento recebido, do modo como se é visto pelos demais, do modo como se é acolhido e ouvido ou do estatuto que se dá à fala de um sujeito e às decisões que ele toma.

Dessa forma, os modos de convivência afetam as pessoas e fazem um efeito na razão e no entendimento que elas têm de si e do mundo em que vivem, podendo mobilizá-las ou não para enfrentar as condições de existência. Investir nos encontros que geram afetos que potencializam a ação é contrapor-se, no plano da convivência, às relações sociais cristalizadas que geram dependência, subordinação ou submissão.

Soa óbvio mencionar a importância de se perguntar como a própria família define seus problemas, suas necessidades, seus anseios e quais são os recursos de que ela mesma dispõe. Menos óbvio é pensar como ouvimos suas respostas e o estatuto que atribuímos ao que se diz (SARTI, 2010, p. 34).

No entanto, os encontros também geram “paixões tristes”, que despotencializam a ação. As diferenças entre os sujeitos são elementos que compõem a convivência geradora de submissão e subordinação. Num encontro em que um jovem:

- não é aceito para uma vaga de trabalho porque mora na periferia;
- é apelidado na escola como “o LA” porque cometeu um ato infracional;
- é abordado pela polícia por ser negro e estar caminhando muito rápido;
- não é aceito em um grupo por ser homossexual;
- não pode acompanhar a família num lugar público só existem escadas porque usa uma cadeira de rodas;
- é barrado na entrada de um shopping porque suas roupas estão puídas.

Essas vivências produzem emoções tristes, constrangimentos, sofrimento e reduzem a capacidade de agir desse jovem. Assim, eles aprendem a se “embotar” em convivências discriminadoras, que reduzem sua capacidade de expandir a vida e formular projetos pessoais e coletivos.

[...] é preciso realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeitos desqualificados socialmente (deixando-se ser ou resistindo), isto é com aqueles que estão incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento. [...] Não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer o motivo que as originaram e as direcionaram, para conhecer a implicação do sujeito com a situação que os emociona (SAWAIA, 2004, p. 109-110).

Destaca-se, dessa forma, a importância das emoções/afetos na atividade humana, permitindo que seja considerada uma ferramenta no trabalho das políticas sociais, pois a necessidade de reconhecimento e de expansão da vida manifesta na felicidade e na liberdade são tão relevantes e concretas quanto a sobrevivência física e material.

Para que situações de conflitos sejam modificadas, não é suficiente pensar sobre elas, pois isso não altera as emoções. Somente quando se entra em contato com o que há de mais singular da vida social e coletiva (os afetos) é que se promove uma transformação social. Estudar a afetividade se justifica porque ela revela como o sujeito é afetado nas relações sociais e se isso aumenta ou diminui sua potência de agir (ZOZZOLI, 2011, p. 3).

Vale lembrar que, nessa perspectiva, as emoções/afetos não são propriedades ou características individuais, mas decorrentes das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas num dado momento histórico, conforme já se afirmou anteriormente.

No entanto, numa perspectiva de incluir um entendimento alargado do conceito de vínculo para que seja possível precisar o que se quer fortalecer, vale considerar o que a psicologia com referência psicanalítica e seus estudiosos têm a dizer sobre os vínculos. Os teóricos, Melanie Klein, Bowlby e Winnicott, estudaram o processo de vinculação (relação de objeto) entre o recém-nascido e a mãe (adulto que realiza os cuidados e a amamentação). Esses estudos mostram que a precocidade e intensidade desta comunicação corporal, não só alimentar, da criança com a mãe é uma primeira expressão da capacidade de se relacionar e vincular (OLIVEIRA, 2000, p. 159). Assim, o comportamento de vinculação [é entendido] como qualquer ação de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro percebido como mais capaz de lidar com as situações em geral (idem, p. 158). Esse entendimento chama a atenção para o fato de que o processo de vinculação tem início nos primeiros dias de vida, como já dito anteriormente, e agrega a perspectiva de ser uma produção transgeracional e imamente à produção de sujeitos.

Retomando as contribuições da psicologia social, a produção de Pichon-Riviere e Moreno podem colaborar para ampliar o entendimento de alguns aspectos.

Na produção de Pichon-Riviere, destaca-se a compreensão de que vínculo é uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem (PICHON-RIVIERE, 2007). Parte do que ele denomina estrutura complexa diz respeito aos conceitos já tratados neste texto e parte refere-se a uma dimensão psíquica/interna que informa que os modos de se vincular, de se ligar a um objeto (outra pessoa) podem sofrer cristalizações, fazendo com que o sujeito repita um jeito de se relacionar, quase que independente dos outros que participam do jogo relacional. Estas cristalizações foram construídas em relações difíceis de serem vividas, muito provavelmente, na primeira infância. De qualquer modo, a relevância reside em reconhecer que na convivência se constituem ligações/vínculos entre as pessoas e que essas vivências determinam modos de se relacionar e também que algo da natureza do intangível se passa nestes momentos, que não se pode controlar, mas que incide na aprendizagem dos sujeitos que participam desse encontro.

Portanto, as cristalizações também podem ser desarticuladas nas situações de convivência, resultando no estabelecimento de vínculos mais flexíveis.

Não apenas repetição, mas também criação de novos modos de agir e de se relacionar. Poderia aqui acentuar a dimensão estética, da ordem do sensível e do criativo.

Já a produção de Moreno permite compreender que vínculo é o resultado das relações e que a vivência humana está marcada por papéis, desde o nascimento e ao longo de toda a vida do indivíduo, enquanto experiência pessoal e modalidade de participação social.

Papel é a forma de funcionamento que assume um indivíduo, no momento em que reage frente a uma situação também específica na qual estão envolvidos outras pessoas e outros objetos. Logo, podemos dizer que é o que determina o sentido da ação. Pode-se definir papel como uma unidade de experiência sintética na qual se fundiram elementos privados, sociais e culturais (MORENO, 1984, p. 11).

O conceito de papel, que pressupõe interrelação e ação, é central para a teoria psicodramática. Neste escopo, afirma-se que no começo existia o grupo, no fim, existia o indivíduo (MORENO, 1983, p. 21-22). Ou seja, o eu emerge dos papéis; antes mesmo de ter a noção de eu, da personalidade, ou de construir a linguagem falada, a criança desempenha papéis.

Dessa forma, não há possibilidade de exercer o papel de pais sem filhos, com o nascimento de uma criança começam a nascer, simultaneamente, e pai e filho(a) ou mãe e filho(a). A família de origem determina certos papéis, e o que o bebê faz modifica estes papéis. A entrada de novos relacionamentos oferece a oportunidade de desenvolver outros. O movimento de cada um em seus relacionamentos, suas escolhas desenvolve novos papéis e desenvolve este sujeito pelo exercício de seus papéis sociais. Neste processo elegemos novas relações que passam a fazer parte de nosso átomo social, alterando a estrutura anterior. A ação, a capacidade de agir, é composta dos papéis e dos vínculos estabelecidos por meio das complementações dos papéis.

O repertório sociocultural de um grupo familiar/comunitário tem particularidades por ter sido produzido por meio de co-ação, co-vivência e co-experiência, desde o momento de nascimento de cada membro. Essa configuração dá a possibilidade de cada um desenvolver papéis determinados pela cultura na qual será inserido.

É possível compreender que os sujeitos se constituem nas relações e lhes é apresentada uma pauta social de expectativas e que no exercício mesmo destes papéis cada um pode transformar estes

papéis e imprimir mudanças no repertório sociocultural de um grupo. Nas palavras de Moreno (1992, p. 148), para fazer frente às várias situações traumáticas da vida e do nosso dia a dia, quanto mais pudermos dar respostas novas a situações antigas, mais saudáveis e criativos seremos.

Considerando as formulações dos dois autores, Pichon-Riviere e Moreno, configura-se um entendimento de que o campo relacional traz consigo uma determinada potência que em decorrência de vivências traumáticas pode ser aprisionado, ou melhor, não efetivar-se em ações, permanecer em cristalizações. No entanto, a possibilidade de pôr em funcionamento essa potência é experimentando relacionar-se de forma criativa, agindo nas relações e por causa delas.

A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade auto-enriquecedora de maneira contínua na sua relação com o mundo. [...] Para apreender os recursos íntimos desta produção - estas rupturas de sentido autofundadoras de existência - a poesia, hoje, tem talvez mais a nos ensinar que as ciências econômicas e as ciências humanas juntas (GUATTARI, 1990, p.17).

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E ÉTICA: EXPERIMENTAR A SOLIDARIEDADE

Promover bons encontros, que fortaleçam a potência de agir pode impulsionar a ação para enfrentar situações conflituosas, alterar condições de subordinação, estabelecer diálogos, desejar e atuar por um mundo mais digno e mais justo. Enfim, promover mudanças em que haja corresponsabilidade entre a ação das políticas sociais e os sujeitos usuários.

Esta corresponsabilidade, que valoriza e investe na potência de agir está implicada com o ponto de vista coletivo, que demanda participação, aqui entendida como sinônimo de tomada de decisão (Bobbio, 2000), ou seja, corresponsabilidade com decisão coletiva.

Participar não se restringe a aderir, pressupõe o compartilhar, o pôr-se em movimento, o que exige a motivação para um objetivo. Assim, participação pode ser um qualificativo da convivência, uma visão ampliada que inclui estar, posicionar-se nas decisões que lhe diz respeito (MDS, 2009).

Outra dimensão a ser considerada ao se tratar de participação é o fato de ser um importante instrumento de educação política: ação responsável, individual, social e política resultante do processo participativo, no sentido de que, quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo (PATEMAN, 1992, p. 38). Essa experiência de participar diz respeito não só à diferenciação entre os interesses privados e públicos, individuais e coletivos, mas também aos efeitos subjetivos, alterando significativamente a inter-relação e compreensão das pessoas quanto às instituições das quais participam (idem, 1992, p. 35).

Inserir a participação como um elemento no debate sobre fortalecimento de vínculos associa-se à ideia de ampliação de relações na perspectiva da vivência da cidadania, pressupõe compreender que a participação exige que condições sejam criadas para favorecer-las e essas condições têm relação com acesso à informação e com formação para participar. Para Muñoz (2004), participação não se improvisa e não se aprende de imediato, requer reconhecer que não se está no lugar do outro, mas que é possível fazer perguntas inteligentes e respeitadas que permitam que o outro expresse suas características, o que e como pensa, o que e como sente e deseja. Para esse autor, participação é sinônimo de compartilhamento de poder com as pessoas e só aquele(a) que participa pode ser e sentir-se cidadão(ã), sentir a cidade como sua, sentir-se orgulhoso/a de viver em “sua” cidade (MUÑOZ, 2004, p. 57).

Na formulação feita por orientadores sociais, a participação constrói reciprocidade, coloca os profissionais na vida cotidiana das famílias:

As mães sempre colocam pra gente que seja serviços públicos, seja polícia, saúde, eles procuram os equipamentos, e aqui o movimento é contrário dos equipamentos, nós procuramos estar junto delas, portanto de alguma forma a gente tá dentro da casa delas, [...] eles entendem que o equipamento público tá lá dentro, por isso esse tanto de mães acaba recorrendo à gente para orientar, dar uma palavra amiga, uma orientação mesmo, do que eles podem fazer, quais são as possibilidades, o que ele pode fazer dentro da comunidade, o que ele pode evitar; Então isso eu entendo como uma aproximação muito grande, tenho dificuldade de identificar qual outro equipamento público que tem essa ação, essa capilaridade (Cristiane – pedagoga – coordenadora técnica - GDF).

Além da educação do cidadão e da garantia de legitimidade das decisões, a participação tem ainda uma terceira função, que é a de conferir às pessoas o sentimento de pertencimento àquela instituição da qual participa com poder decisório. Assim, estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum.

Os técnicos apontam o valor dos laços afetivos; esta é uma condição para a inclusão dos usuários em dispositivos de decisão:

Para que essa mãe possa contar comigo, eu preciso ter um vínculo afetivo com ela, de proximidade para que ela possa confiar em mim e tenhamos uma relação legal que vá para além do grupo, porque o trabalho não é só o grupo é a família como um todo (Arlete – psicóloga CRAS Alterosa – Prefeitura de Betim).

Nesse sentido, Stela Ferreira (2012), considerando a participação nos serviços socioassistenciais, aponta que, por vezes, participar está restrito a escolher um tema de interesse a ser debatido ou inserido como palestra ou oficina a ser realizada. Há que se considerar o que esse interesse mobiliza nas relações com os outros, nos espaços, nos territórios, na cidade e, ainda, como essa manifestação de interesse compõe os processos de decisão.

Intensifica-se, pela via da participação, a forte sinergia entre o traço político e ético dos vínculos sociais, pois tais manifestações, embora aparentemente menores, podem ser catalizadoras de processos mobilizadores de ações mais amplas, pois rompem fronteiras e limites simbólicos e de poder ao motivar uma ação responsável consigo e com a coletividade. Uma motivação para agir que envolve o interesse, mas também uma dimensão afetiva, expressa no sentimento que motiva a querer conhecer ou alcançar uma dada condição.

Por fim, há uma tensão e disputa para que o objeto de interesse e desejo do cidadão usuário seja incluído nas decisões que orientarão o trabalho social.

Participar supõe modos de se expor, de ver e ser visto, de criticar e ser criticado, ser capaz de argumentar, colocando em circulação diferentes saberes e modos de produção de conhecimento. Tomados em sua igualdade, estes conhecimentos podem circular sem reafirmar hierarquias, podem ser questionados sem ser desqualificados (MDS, 2009, p. 44).

Essa conjugação conceitual, que delinea a convivência numa medida que permita traçar seus limites no escopo da Política de Assistência Social, é sintetizada por Sposati (2012) quando sintetiza: convivência é forma e vínculo é resultado. Assim, é possível reconhecer que o conjunto de elementos combinados nesta narrativa também fala da produção de ligações entre sujeitos de direito, capazes de afetar e ser afetados nos encontros, produtores e produzidos pelo contexto em que vivem, capazes de escolha e decisões coletivas pelas quais se corresponsabilizam, que participam e combinam objetivos comuns e, assim, aprendem a participar, sentindo-se pertencentes a um lugar, ou seja, capazes de identificar/reconhecer e afirmar o valor/ qualidade dos vínculos constituídos em sua trajetória.

Para compor o entendimento de vínculos, destaca-se a contribuição do sociólogo francês Serge Paugam (2008), que define uma tipologia de vínculos. Sua produção se faz no debate em torno da crise dos vínculos sociais, que ele associa ao reconhecimento das transformações contemporâneas dos homens e de suas relações.

Ele ressalta que:

[...] a expressão 'vínculo social' é atualmente empregada para designar todas as formas de viver em conjunto, a vontade de ligar os indivíduos dispersos, a ambição de uma coesão mais profunda da sociedade no seu conjunto (PAUGAM, 2008, p. 4).

Paugam desenvolve uma tipologia de vínculos sociais que se expressam, em síntese, a partir da formulação de que os vínculos caracterizam um movimento que se estabelece em duas direções "contar com", expressão que traduz o que o indivíduo pode esperar das relações por ele estabelecidas e "contar para" que expressa a expectativa e reconhecimento ao materializar o que as pessoas esperam daquele indivíduo. Assim, afirma:

Os sociólogos sabem que a vida em sociedade coloca todo ser humano desde o nascimento numa relação de interdependência com os outros e que a solidariedade constitui a todos os estados de socialização a base do que se poderia denominar homo sociologicus, o homem ligado aos outros e à sociedade, não somente para assegurar sua proteção face aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem (PAUGAM, 2008, p. 4).

Definem-se quatro tipologias de vínculos, de acordo com modos de filiação:

O primeiro desses vínculos é de filiação/parentesco/ ou a relação pai-filho, dividida em duas formas: 1) a filiação natural, pela qual cada pessoa nasce numa família; e 2) a filiação social, exemplificada na filiação adotiva.

Nessa relação, segundo psicólogos sociais, existe uma função socializadora e de identidade que contribui para o desenvolvimento infantil e que pode afetar relacionamentos íntimos futuros, conforme dito anteriormente.

Uma segunda tipologia estabelecida é a filiação de natureza eletiva, que está ligada à socialização fora da família na qual o indivíduo tem contato com outras pessoas, grupos e instituições. Ela pode ocorrer em: grupos de amigos, comunidades locais, instituições religiosas, esportivas, culturais, gangues de bairro, etc. Nesse processo, o indivíduo interage e tem também um papel autônomo, pois ele pode construir sua própria rede de pertencimento para além das relações domésticas ou de consanguinidade.

A relação de filiação orgânica, o terceiro tipo de vínculo, está relacionado ao trabalho e à oportunidade de exercer atividade produtiva e de ter a segurança para o futuro com proteção social, que deriva dessa condição de trabalhador.

Por fim, se estabelece o quarto tipo, o vínculo de cidadania, que se expressa no sentimento de pertencimento a uma nação, logo, um membro reconhecido pelo país por meio de direitos e deveres.

Para o autor, essas quatro tipificações apresentadas são complementares e interligadas, elas constituem um tecido social que envolve e implica cada pessoa. A intensidade dos laços varia entre as pessoas e depende do tipo de socialização vivenciada nas diferentes esferas da vida.

Estudos sobre sociabilidade apontam a importância de se considerar as relações e os vínculos estabelecidos entre e pelas pessoas e grupos sociais, pois eles informam suas condições de vida em sentido multidimensional.

Afirmam que os processos de sociabilidade se estabelecem em diferentes circunstâncias, que são desencadeadas por distintas motivações:

Na produção [de processos de sociabilidade], combinam-se estratégias norteadas por várias racionalidades, acaso, decisões de outros indivíduos e constrangimentos relacionais provocados por processos mais amplos como a migração, a mudança de endereço, a frequência a certos locais e determinadas práticas, entre outros (MARQUES, 2010, p. 188).

Nesse sentido, o que importa de fato é investigar/compreender como são os padrões de relação das pessoas e de que maneira as redes derivadas dessas relações são mobilizadas por elas e o quanto influenciam suas ações.

Em síntese: "com que" as pessoas contam e "para o que" contam-se com elas - eis uma bússola para mapear relações de proteção ou de ausência de proteção desde a esfera privada (intrafamiliar), passando pela sociabilidade mais ampla (vínculos por escolhas afetivas ou de identidade social), até a esfera de reconhecimento público, que pauta as atenções e serviços públicos (relações de cidadania pautadas em responsabilidades do Estado e direitos do cidadão). Esse quadro desloca a perspectiva de considerar os vínculos de uma pessoa fracos ou fortes em relação a outras pessoas, passa a ser necessário qualificar/caracterizar os vínculos para dimensionar a proteção socioassistencial.

Na mesma direção, a construção de laços afetivos e de referência ou, dito de outra forma, "contar com" pessoas ou serviços para diferentes momentos e situações na vida, é um aspecto muito importante para compreender a convivência familiar e a capacidade protetiva de famílias, logo, trata-se de discutir convívio e convivência no campo da proteção socioassistencial ou proteção social na assistência social. Todavia, discutir essa vivência do "contar com" como instrumento de proteção não é suficiente para discutir uma política de convívio, pois ela é mais do que uma questão de proteção, pois supõe um reconhecimento social e tem um potencial maior para discutir e alargar padrões de civilidade e cidadania (SPOSATI, 2012).

Depreende-se, portanto que esses diferentes autores, ao definirem conceitualmente "vínculos", estão trabalhando com duas dimensões: apoios que as pessoas contam em situações difíceis e reconhecimento social derivado da representação que essa pessoa tem para seus pares. Essa é uma discussão a ser aprofundada, especialmente a partir das práticas profissionais e dos conhecimentos produzidos, pois os profissionais usam frequentemente a expressão "vínculos fragilizados" sem explicitar seus sentidos e para quais situações esta classificação está sendo utilizada.

Nessa direção, os especialistas entrevistados trazem também contribuições para o debate sobre vínculos (TORRES, 2012). É o caso de Aldaíza Sposati (2012), ao destacar que desconhece gradientes de vínculo que se pautem pela ótica da proteção social. Assim, vínculos fortes ou fracos precisam ser avaliados, tanto nas relações intrafamiliares quanto nas suas redes de apoio, o que significa também considerar o elemento agressor, ou seja, o quanto aquela situação demanda proteção e quais vínculos suportarão enfrentar a agressão.

Para a pesquisadora Carla Bronzo (2012), é necessário fazer uma distinção e analisar com mais cuidado o que é vínculo. Quando se pensa na atuação orientada para vínculos familiares e comunitários, é necessário reconhecer que são coisas diferentes e indicam eixos programáticos distintos. O primeiro pressupõe uma dimensão psicossocial, que pode também incluir uma intervenção terapêutica. Já para os vínculos sociais e comunitários, a metodologia é mais coletiva e menos intrafamiliar. Assim, a conotação e os objetivos do trabalho seriam distintos.

A autora considera, ainda, que é preciso saber o que olhar para saber que efeito se pretende criar e como o trabalho está funcionando. Assim, é necessário identificar as situações de fragilização de vínculos e como são motivadas. Tem a ver com ausência de autoridade, com ausência de afetividade? Em que medida os vínculos estão sendo fortalecidos? Nesse caso, vale a pena padronizar por instrumentais e criar indicadores de fortalecimento de vínculos, definindo que situações precisam ser observadas e permitem afirmar que houve fortalecimento de vínculos.

Na observação das práticas desenvolvidas e nos debates estabelecidos com especialistas e profissionais que atuam diretamente no serviço, uma concepção predominante é aquela que identifica que construir e sustentar vínculos são conteúdo na política de assistência social, pressupõe, portanto, a aproximação de conteúdo e método, pois na medida em que os profissionais, no próprio serviço e por meio da sua intervenção, tornam-se referência e constroem vínculos - do profissional com o sujeito e dele no grupo e do grupo entre si (grupo convivente) – ele também fomenta a ampliação e diversificação dos vínculos e das relações desse sujeito.

Ana Lígia Gomes (2012), ao refletir sobre as particularidades desse trabalho na assistência social, aponta que deve haver uma direção, uma intencionalidade para a construção de vínculo, e esse vínculo é uma tradução de afeto. Entende como uma condição essencial para o desenvolvimento do trabalho o estabelecimento do vínculo com os profissionais e a construção de uma referência, especialmente para crianças e adolescentes. Destaca, ainda que o vínculo a ser estimulado pelo trabalho não se reduz aos profissionais, mas é também dos usuários entre si.

A gente tem várias áreas, mas a gente usa esse meio para chegar num fim, que é o fortalecimento de vínculos. [...] às vezes uma criança dessas, um adolescente tem muito mais liberdade para falar com a gente, que tá convivendo todos os dias, que tá prestando atenção nos mínimos detalhes, do que, de repente, com um professor, com um profissional da saúde, ou mesmo com seu pai, sua mãe, seu irmão. Então, isso eu acho que é importante, fundamental e insubstituível no processo (Cleyton, educador social – meio ambiente - GDF).



FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FINALIDADES

A construção de uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social se anuncia e se configura como um desafio de extrema relevância porque contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública e que, uma política que busca combater desigualdades e promover o desenvolvimento humano tem um papel central nesse diálogo, pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benevolência ou da caridade (SPOSATI, 2009, p. 27).

Considerando as diversas interlocuções estabelecidas e as contribuições realizadas, configura-se precisão ao conceito de fortalecimento de vínculos ao tomá-lo como resultado do trabalho social, fazendo uma ligação efetiva com a perspectiva da vulnerabilidade relacional. Ou seja, vínculos fortalecidos é o resultado do trabalho social que intervém nas situações de vulnerabilidades relacionais, produzindo proteção socioassistencial.

No sentido de concretizar essa perspectiva, elaborou-se um conjunto de indicadores que precisa ser tomado como orientador das estratégias de investigação/pesquisa dos profissionais da Política de Assistência, ao mesmo tempo em que compõem os planos individuais e coletivos com os usuários, em direção à ampliação e diversificação do campo relacional. Dessa forma, permitem a identificação e qualificação dos resultados obtidos no exercício profissional e nos desafios da política.

Esses indicadores trazem um aspecto intrínseco, que é a parcialidade, e estão associados entre si, criando, no conjunto, um efeito de pertencimento. A parcialidade se expressa no uso do pronome “alguns”. Esses indicadores foram formulados a partir da pesquisa, entrevistas e visitas realizadas, ou seja, identificados nos discursos e nas práticas dos profissionais e pesquisadores.

ALGUMAS RELAÇÕES DE PARENTESCO SÃO FONTE DE AFETO E APOIO ORDINÁRIO

Parte das relações de parentesco traz uma dimensão afetiva e apoiadora no cotidiano, capaz de proteger os indivíduos e/ou grupos. Há aqui o reconhecimento de que não são todas as relações familiares que são capazes de proteger e de que aquelas que apresentam laços positivos e presença afetiva e ordinária precisam ser identificadas e valorizadas.

Evidencia-se que os elementos fortalecedores são o gostar e apreciar o outro, além de contar com ele para questões prosaicas do cotidiano.

Esse indicador de fortalecimento de vínculos supõe que é necessário mapear as relações familiares para dimensionar quais precisam ser fortalecidas/intensificadas e quais precisam ser restringidas.

ALGUMAS RELAÇÕES COM AMIGOS SÃO FONTE DE AFETO, VALORIZAÇÃO E PRAZER DE VIVER JUNTOS

As relações entre pessoas que se aproximam por contingências da vida e que estabelecem afinidades eletivas, interesses comuns e um cotidiano partilhado são capazes de constituir proteção. A amizade é um tipo de relação sempre positivada, pois, quando algo rompe este laço, as pessoas não se reconhecem mais como amigas. Os elementos que fortalecem os laços são o gostar e apreciar o outro, afinidades e interesses comuns e o prazer de gostar e de ser gostado, admirar e ser admirado por um outro, ou seja, um conjunto de evidências de reciprocidade.

Reconhecer e valorizar as relações de amizade em situações de vulnerabilidade podem ser oportunidade de redução de risco e ampliação de proteção.